



## Plenário aprova incentivo à construção civil e MP da Cofins

Projeto que visa fortalecer o setor da construção civil e evitar situações como a da Encol, cuja falência lesou mais de 40 mil mutuários, foi aprovado ontem pelo Plenário, assim como a medida que muda a legislação da Cofins e do PIS/Pasep

Páginas 4 e 5

**BALANÇO** Sarney ressalta propostas votadas pelo Senado no primeiro semestre

### Senado ajuda o progresso do país, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, fez um balanço positivo das atividades do Senado no primeiro semestre legislativo. Ele destacou vários projetos aprovados, dizendo que eram muito aguardados pela sociedade e que ajudam a governabilidade e o progresso do país. Sarney citou, entre outros, a reforma do Judiciário, a redistribuição da Cofins, a nova Lei de Falências, o Código Tributário, a Bolsa-Atleta, programas para deficientes físicos e a data do plebiscito sobre o desarmamento.

Página 2



### Impasse adia para terça votação da LDO

Pedido de verificação de quórum apresentado pelo deputado Rodrigo Maia adiou para terça-feira a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo Plenário do Congresso. Rodrigo Maia afirmou que se tratava de “uma obstrução contra o Banco do Brasil por prejudicar a cidade do Rio de Janeiro”. Até terça-feira, os líderes governistas esperam superar o impasse.

### Na comissão, acordo viabilizou aprovação

A votação dos 625 destaques apresentados ao substitutivo do senador Garibaldi Alves Filho, na Comissão Mista de Orçamento, foi precedida de acordo entre os líderes partidários.

Página 3

**APELO** O anúncio de providências pelo líder do governo, Fernando Bezerra, não evitou o adiamento da votação

### Polêmica marca decisão sobre relatório de CPI

O relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual foi aprovado ontem em meio a uma polêmica. A relatora, deputada Maria do Rosário, defendeu o acolhimento integral do documento, que recomenda o indiciamento de 250 suspeitos de envolvimento com a exploração sexual de crianças e adolescentes. O senador Arthur Virgílio solicitou a retirada do nome do vice-governador do Amazonas, Omar Aziz, da relação de possíveis indiciados.

Página 8



**DESACORDO** Virgílio (E), ao contrário de Maria do Rosário (C), está convencido da inocência de Omar Aziz

Célio Azevedo



**VALOR** Mozarildo enaltece papel da instituição na formação de oficiais para o Exército brasileiro

## Mozarildo elogia a Academia Militar das Agulhas Negras

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) destacou ontem o trabalho desenvolvido pela Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), instituição que completou 60 anos. Ele informou que a Aman, essencial para a formação de oficiais para o Exército brasileiro, acolhe jovens de todo o país que, após rigorosa seleção, passam por processo de formação de nível universitário, por quatro anos, em regime de internato.

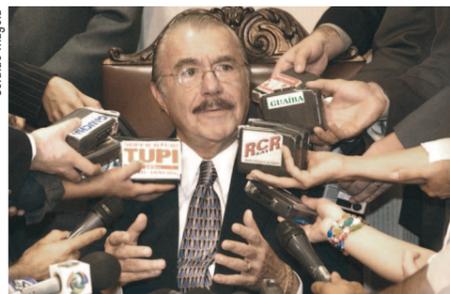
Nesse período, acrescentou Mozarildo, além da formação acadêmica, eles recebem treinamento militar, com destaque para o aprimoramento do caráter e das condições físicas. Ao final do curso, os cadetes tornam-se oficiais da Arma, do Quadro de Material Bélico ou do Serviço de Intendência do Exército brasileiro.

Mozarildo disse ter ficado impressionado com a excelência daquela instituição na formação de oficiais. E ressaltou a preocupação do comando em qualificar cadetes não somente do ponto de vista intelectual ou da aptidão física, mas também do caráter.

■ Presidente do Senado destaca, em entrevista, a votação de propostas que contribuem para o progresso do país

O presidente do Senado, José Sarney, convocou ontem entrevista coletiva em seu gabinete e fez um balanço das atividades do Senado no primeiro semestre de 2004. Ele enumerou vários projetos aprovados, dizendo que eram muito aguardados pela sociedade e que ajudam a governabilidade e o progresso do país.

Sarney citou, entre outros, a reforma do Judiciário, a redistribuição da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Lei de Falên-



**AVANÇO** Reforma do Judiciário e Lei de Falências foram ressaltadas por Sarney

cias, o Código Tributário, a Bolsa-Atleta, programas para deficientes físicos e a data do plebiscito sobre o desarmamento.

Aproximadamente três dezenas de jornalistas prestigiaram a entrevista. O presidente do Senado respondeu com bom humor às perguntas formuladas, entre elas a proposta de se extinguir o Senado. Sarney fri-

sou que não era a primeira vez que se propunha a extinção da Câmara Alta, mas que "a instituição é tão necessária que tem atravessado todos esses tempos". Relatou a origem moderna do Senado, quando os líderes da Independência americana, após uma

noite de orações, resolveram que a Casa seria a transposição, na América, da Câmara dos Lordes britânica.

– Por isso, Affonso Arinos dizia que o Senado era uma invenção de Deus – brincou.

O presidente mostrou-se contrário à utilização excessiva de medidas provisórias (MPs). De acordo com Sarney, elas de-

veriam ser usadas apenas em situação de calamidades, de segurança nacional ou em questões econômico-financeiras. Ele sugeriu que o salário mínimo seja fixado por medida administrativa do Executivo, seguindo regras previamente definidas, e disse que o atual governo vem diminuindo o ritmo de edição de MPs.

Sobre a Lei de Biossegurança, lembrou que o tema suscita questões partidárias, ideológicas e religiosas, o que torna a discussão difícil. Para Sarney, a reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado é assunto ultrapassado, e a criação da inspeção veicular obrigatória, a redução do recesso parlamentar e a criação das parcerias público-privadas ainda precisam ser mais debatidas.

## Agenda

### Congresso deve votar a LDO na próxima terça

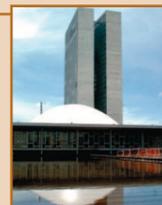
Por falta de acordo, não foi possível votar ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano. Na terça-feira, o Congresso se reúne nova-

mente para retomar a discussão da LDO. Hoje, às 9h, o Senado realiza sessão não deliberativa – destinada a pronunciamento dos senadores.

### Visitas acompanhadas pelo Senado Federal

O programa Visite o Senado oferece passeios com guias treinados, em que as pessoas podem conhecer toda a Casa, inclusive o Plenário. As visitas começam

de hora em hora no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30 nos dias úteis, e entre 10h e 14h nos fins de semana e feriados.



### Atendimento ao cidadão

Os cidadãos podem entrar em contato com o Senado por meio do serviço *A Voz do Cidadão*, que recebe ligações gratuitas de todo o território nacional, com reclamações, dúvidas e sugestões do público. O telefone é 0800 61 2211.

### Tesouro dos Mapas

Continua até o dia 1º de agosto a exposição *O Tesouro dos Mapas – A Cartografia na Formação do Brasil*. A mostra pode ser visitada de terça a sexta, das 9h30 às 17h30, e nos sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## TV Senado lança programa sobre questões internacionais

Estréia amanhã, na TV Senado, o programa *Diplomacia*, dedicado ao debate dos grandes temas internacionais da atualidade. O professor Marco Aurélio Garcia, assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para questões de política externa, é o convidado do primeiro programa, que vai ao ar às 11h30.

Garcia faz um balanço dos primeiros 18 meses da atual administração no campo das relações exteriores e expõe a posição do governo sobre o Mercosul e "a nova geografia comercial e econômica" proposta pelo presidente Lula. Em entrevista aos jornalistas Vinicius Becker e Marcos Magalhães, ele fala ainda sobre os principais itens da agenda internacional do governo para os próximos meses.

Reconhecido como um dos principais conselheiros do presidente e coordenador do programa de governo do PT nas eleições presidenciais de 1994 e de 1998, Garcia é graduado em Direito e Filosofia, com pós-graduação na Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais de Paris. Exerceu magistério superior no Brasil e no exterior.

Com periodicidade mensal, o programa *Diplomacia* será reapresentado pela TV Senado no domingo, às 9h, e na segunda-feira, às 21h30.

# Impasse leva votação da LDO para terça-feira

■ Deputado Rodrigo Maia pede verificação de quórum e, sem número mínimo, sessão é suspensa

Um pedido de verificação de quórum do deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ) adiou para terça-feira a votação final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo Plenário do Congresso. Não havia o número mínimo de 86 deputados para manter a reunião do Congresso. Rodrigo Maia afirmou que se tratava de "uma obstrução contra o Banco do Brasil por prejudicar a cidade do Rio de Janeiro". Ele explicou que o banco vem impedindo a liberação dos depósitos judiciais em ações de contribuintes contra a prefeitura do Rio, como autoriza a lei.

O Banco do Brasil resolveu interpretar a lei e quer liberar apenas 40%. Isso prejudica todas as prefeituras do país – sustentou durante a sessão de ontem do Congresso, convocada para votação da LDO, de créditos suplementares e do Plano Plurianual de Investimentos 2004/2007 (PPA).

Na presidência da sessão, o

deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), vice-presidente da Câmara, apenas suspendeu os trabalhos, que serão reiniciados às 14h de terça-feira. Até lá, os líderes governistas esperam superar o impasse.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), informou que o ministro do Planejamento, Guido Mantega, já havia conversado com o presidente do Tribunal de Justiça do Rio e que o problema estava praticamente resolvido. Bezerra disse ainda que irá acionar a Advocacia Geral da União para examinar o caso. Na prática, o recesso do Congresso está suspenso, pois os parlamentares só podem encerrar o semestre legislativo depois de votada a LDO.

Líderes governistas tentaram convencer Rodrigo Maia a retirar seu pedido de verificação de quórum, mas ele ponderou que a prefeitura do Rio estaria deixando de usar cerca de R\$ 150 milhões no ano. Os depósitos judiciais em ações contra a prefeitura têm um valor médio de R\$ 400 milhões. Desses, a prefeitura conseguiu liberar apenas R\$ 130 milhões, quando os 70% autorizados em lei somariam R\$ 280 milhões.



RECESSO ADIADO Governistas tentam sem sucesso garantir votação da lei e encerrar semestre legislativo

## ▼ Lei permite liberação de depósitos judiciais

A liberação de depósitos judiciais de municípios é prevista pela Lei 10.819/03, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aprovada em dezembro do ano passado, essa lei determina a liberação para as prefeituras de 70% dos depósitos judiciais relacionados a processos litigiosos entre os municípios e os contribuintes. Para beneficiar os estados, foi aprovada lei similar, de nº 10.482/02, assinada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para que o município tenha acesso aos recursos, é necessário que o Tribunal de Justiça compe-

tente autorize formalmente o saque, diante de um termo de compromisso assinado pelo prefeito. Os recursos mantidos nos depósitos judiciais, a serem pagos pelos municípios aos contribuintes em caso de derrota na Justiça, são normalmente reajustados pela Taxa Referencial (TR). Porém, ao sacá-los, os municípios têm autorização para aplicar o dinheiro de acordo com a determinação de sua Secretaria de Fazenda.

No caso do município do Rio de Janeiro, há um montante de R\$ 400 milhões em depósitos judiciais referentes a litígios de ordem tributária. Com base na lei, o município re-

quer o saque de R\$ 280 milhões. Segundo o deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), o Banco do Brasil, que é a instituição financeira responsável pela manutenção da conta, nega-se a repassar esses recursos, sob a alegação de que, no caso específico do Rio, o percentual que poderia ser liberado seria de apenas 40%. A prefeitura, por sua vez, acusa o governo federal de interferir indevidamente no caso e alega que o Banco do Brasil não é parte legítima nessa questão, que envolveria apenas o próprio município e o Tribunal de Justiça do Rio.

## Acordo possibilita a aprovação na CMO

O substitutivo do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ao projeto da LDO foi aprovado na tarde de ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O exame dos 625 destaques só foi possível por um entendimento entre os líderes partidários, com a votação nominal apenas para três pontos polêmicos do acordo fechado com o governo. Todos foram rejeitados. Os demais destaques foram votados em bloco, tanto pela rejeição quanto pela aprovação.

O relator deu prioridade para os destaques de bancada e estipulou o valor de R\$ 10 milhões para acatar os pleitos individuais. Ele só aceitaria pedi-

dos acima dessa quantia se o parlamentar apresentasse o remanejamento de recursos de emendas já aprovadas.

### Mínimo

Foi mantido o critério de reajuste real do salário mínimo para 2005 com base na variação anual do produto interno bruto (PIB) *per capita*.

A comissão rejeitou, em votação nominal, a proposta inicial do relator que impedia o contingenciamento dos principais programas que abrangem o chamado "choque social". O governo não aceitou a proposta que previa a antecipação de metas dos programas sociais por considerar que levaria à elaboração de um orçamento

inexequível. Assim, o relator só conseguiu que ficassem fora do resamejamento oficial os fundos destinados à segurança pública e os investimentos em pesquisa da Embrapa.

A comissão também rejeitou destaque do deputado Ricardo Barros (PP-PR) para reduzir o superávit primário de 4,25% para metas que Saturnino já havia proposto no seu relatório do Plano Plurianual (PPA), de 3,75% em 2005, 3,5% em 2006 e 3,25% em 2007.

O último acordo fechado entre o relator e os governistas estabeleceu que 40% da arrecadação da Cide serão aplicados na infra-estrutura de transportes de responsabilidade da União.

## Saturnino quer projeto para recomposição do mínimo

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) comunicou a apresentação de projeto em que propõe a recomposição dos valores do salário mínimo em um prazo de dez anos. Em sua opinião, o Congresso deve se empenhar em formar uma comissão mista para elaborar política de recuperação do valor do piso salarial.

Para o parlamentar, a recuperação baseada em legislação previamente definida poderá não só repor o valor do mínimo, mas evitar a constante po-



POLÍTICA Legislação deve determinar reposição do valor do piso, defende Saturnino

lêmica em torno do tema.

Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) concordou com as ponderações de Saturnino, especialmente quanto à necessidade de se adotar uma política de recuperação do mínimo.

– É preciso acabar com essa discussão histórica que causa o desgaste da classe política – afirmou Maguito.

## Comissão acolhe projeto de Paim que eleva piso salarial para R\$ 295

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) a projeto que estabelece o reajuste anual do salário mínimo tomando por base a variação integral do Índice Geral de Preços, acrescido de um adicional de R\$

0,20 por hora trabalhada. A proposta (PLS 5/03), que agora vai ser examinada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), causaria um impacto total sobre o sistema previdenciário de cerca de R\$ 10 bilhões.

De autoria do senador Paulo Paim

(PT-RS), o projeto estabelece o mesmo mecanismo para o reajuste das aposentadorias e pensões pagas pelo sistema previdenciário. Aplicando-se a nova sistemática, o novo valor do salário mínimo chegaria a R\$ 295,86 e beneficiaria 13 milhões de pessoas integradas ao sistema

previdenciário, entre as quais 6,54 milhões da Previdência rural.

Apesar de admitir que, de acordo com o projeto, o novo valor do mínimo teria um impacto significativo sobre a Previdência, "do mesmo modo que há que se ter em mente a situação dos estados e dos muni-

cípios", Geraldo Mesquita afirmou que a proposta de Paim pode restituir o cunho distributivo do piso salarial, não apenas pelo resgate de sua função social, mas também pela iniciativa implícita do estabelecimento de um mecanismo legal e permanente para o seu reajuste.

## Exame preventivo de câncer pelo SUS

Substitutivo da senadora Fátima Cleide (PT-RO) ao projeto de lei da Câmara (PLC 39/00) que garante a realização, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em todo o território nacional, de exames preventivos de cânceres de mama e ginecológico foi aprovado ontem pelo Plenário. A matéria ainda será votada em turno suplementar.

Conforme a proposta, o exame de colo de útero passará a ser garantido a mulheres que tenham vida sexual ativa, enquanto a mamografia será assegurada a todas as brasileiras com mais de 40 anos. De acordo com o substitutivo de Fátima Cleide, esses dois tipos de câncer são os que mais acometem as mulheres, e o diagnóstico precoce aumenta as chances de cura.

– Apesar de o Ministério da Saúde desenvolver programas com a finalidade almejada, na prática não há uma cobertura satisfatória da população-alvo. A muitas brasileiras não é oferecido nem mesmo o mais simples dos exames previstos no projeto, que é o citopatológico do colo uterino. Em vários lugares a oferta desse exame não é regular, estando presente apenas durante campanhas sem periodicidade fixa.

## Diagnóstico gratuito de anomalias fetais

Na sessão de ontem, o Plenário também acolheu projeto que institui programa de diagnósticos e prevenção de anomalias fetais, sempre que tecnicamente possível, na assistência pré-natal. A proposta determina que seja criado um mecanismo de educação e prevenção pré-natal e obriga a todos os hospitais ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) a adotar iniciativas nesse sentido.

A matéria (PLC 104/00), que recebeu no Senado duas emendas, aguarda agora redação final na Mesa do Senado. A relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), informou que o objetivo da proposta é assegurar a toda a população feminina do país o acesso ao diagnóstico preventivo das anomalias fetais, o que pode ser feito por meio de exames que possibilitam a detecção de anomalias nos cromossomos, defeitos anatômicos graves e anomalias cardiovasculares do feto.

Os métodos mais conhecidos para esses diagnósticos, destacou Patrícia, são o ultra-som morfológico e o exame das células do feto, da placenta, do líquido amniótico e do sangue do cordão umbilical. Ela ressaltou ainda que o tratamento das anomalias fetais é a nova fronteira para redução da mortalidade infantil. A detecção precoce das questões pode permitir a correção ou minimização das seqüelas do problema, garantindo até mesmo a sobrevivência das crianças afetadas.

# Senado aprova redução de alíquotas da Cofins

Projeto que isenta produtos da cesta básica vai à sanção presidencial para se tornar lei

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que modifica a legislação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS/Pasep (Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público). Como já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados, a proposta vai agora à sanção do presidente da República.

O projeto oriundo da Câmara (PLV 40/04), relatado pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), reduz as alíquotas da Cofins e do PIS/Pasep para fertilizantes, agrotóxicos e sementes, além de conceder créditos presumidos para atividades do setor agropecuário. As rações utilizadas por pequenos pecuaristas terão alíquota zero. Também terão alíquota zero o arroz, o feijão e a mandioca, que compõem a cesta básica.

Entre as novidades introdu-



DECISÃO Proposta, relatada por Heráclito Fortes (foto menor), dominou discussão no Plenário

zadas na MP (183/04) está o parcelamento dos débitos das micro e pequenas empresas tributadas pelo Simples com vencimento até 30 de junho deste ano. A proposta estabelece que as empresas agropecuárias, inclusive cooperativas que produzam alimentos, poderão deduzir da Cofins e do PIS/Pasep devidos o crédito presumido calculado sobre o valor de insumos adquiridos de pessoa física ou de cooperados.

Conforme a proposição, a energia produzida pela Itaipu Binacional fica isenta de Co-



fins e PIS/Pasep. As agências de publicidade e propaganda ganham o direito de excluir da base de cálculo da Cofins e do PIS/Pasep devidos os valores pagos diretamente a empresas de rádio, TV, jornais e revistas. A alíquota zero valerá ainda para a importação de livros técnicos e científicos.

## Parlamentares defendem reexame em agosto

Durante a discussão do projeto de conversão da medida provisória que altera alíquotas da Cofins e do PIS/Pasep, vários senadores defenderam a necessidade de o assunto voltar a ser discutido já em agosto, segundo compromisso do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Jonas Pinheiro (PFL-MT) manifestou preocupação com a possibilidade de veto no dispositivo que isenta a ração ani-

mal. E reforçou pedido de Osmar Dias (PDT-PR) no sentido de que seja cumprido o acordo para reexame da questão.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) protestou pelo fato de o projeto aumentar em cerca de 4% as tarifas de energia para o consumidor final. Já Lúcia Vânia (PSDB-GO) se disse apreensiva com a repercussão da medida para a agroindústria em Goiás, em virtude da diferenciação das alíquotas para o crédito

presumido.

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou o fato de não ter sido realizada uma reforma tributária no país. Ramez Tebet (PMDB-MS) também destacou a importância de se voltar a discutir a questão, enquanto Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou os líderes pelo entendimento sobre a cobrança do PIS e da Cofins. Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou: “Vamos ter de votar o ruim para que não prevaleça o péssimo”.

## Sarney e Agripino pedem isenção para livros

O líder do PFL, José Agripino (RN), e o presidente do Senado, José Sarney, pediram o fim da contribuição sobre a importação de livros, tendo em vista que se trata de um bem cultural que não deve sofrer esse tipo de restrição tributária.

Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, considerou o pleito justo, ressaltando a autoridade do presidente do Se-

nado – “escritor dedicado à cultura” – sobre o assunto. Ele observou que apenas livros científicos e tecnológicos foram isentados da taxa sobre a importação.

Outros senadores apontaram a existência de distorções na tributação da Cofins e do PIS que, conforme Demostenes Torres (PFL-GO), precisam ser corrigidas no início de agosto.

Para Osmar Dias (PDT-PR), o álcool não pode ser tributado por se tratar de um produto estratégico, importante para a soberania nacional. Além do álcool, o senador paranaense advertiu para o problema dos produtores de leite, suínos, aves, peixes e frutos do mar que não estejam integrados, já que deverão pagar 9,25% a mais pela ração animal.

## Mais recursos para água e esgotos

Projeto de resolução aprovado ontem pelos senadores autoriza o governo brasileiro a contratar empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 100 milhões, para o financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento (Pass/BID).

A permissão havia sido concedida anteriormente pela Casa, mas o prazo de validade do projeto de resolução expirou em outubro do ano passado.

O dinheiro decorrente do empréstimo será empregado na implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos em municípios com população entre 15 mil e 65 mil habitantes, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no estado do Espírito Santo e no norte de Minas Gerais.

## Vítima de atentado em 1968 terá pensão

Vai à sanção presidencial projeto de lei da Câmara, acolhido ontem pelo Senado, que concede pensão especial a Orlando Lovecchio Filho, vítima de atentado político em março de 1968. A matéria é de iniciativa da Presidência da República.

A pensão, no valor de R\$ 500, será mensal e vitalícia. Orlando Lovecchio Filho teve uma perna amputada em decorrência da explosão de uma bomba quando estava em frente ao consulado norte-americano em São Paulo. Na época ele tinha 22 anos, tirara brevê e tentava a carreira de piloto comercial. O fato impediu a continuidade da carreira.

O projeto teve como relator o senador Flávio Arns (PT-PR), para quem a ditadura militar implantada no Brasil em 1964 levou o país a uma luta fratricida que gerou seqüelas de difícil reparação.

## Reestruturação de carreiras é acolhida

Por acordo de lideranças, o Senado aprovou ontem cinco projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo instituindo gratificações, reestruturando carreiras e atualizando a remuneração de servidores públicos. As propostas serão encaminhadas à sanção do presidente da República. Os projetos de lei da Câmara aprovados foram os de nº 41, 42, 43, 45 e 46, todos deste ano.

Serão beneficiados funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU), pessoal de apoio técnico-administrativo da Advocacia Geral da União e de instituições federais de ensino, procuradores da Fazenda Nacional, advogados da União, procuradores federais e do Banco Central, defensores públicos da União, auditores da Receita Federal e auditores fiscais da Previdência Social e do Trabalho.

Moreira Matiz



**COMPROMISSO** Paim afirma que acordo é para ser cumprido, enquanto Serys se diz satisfeita com decisão da Câmara



Roosevelt Pinheiro

# Senado aprova projeto que incentiva construção civil

Objetivo da proposta é fortalecer o setor e evitar prejuízos aos mutuários como no caso da Encol

Moreira Matiz



**AVANÇO** Fernando Bezerra é relator do projeto, que vai à sanção para se tornar lei

gadas a entregar a uma Comissão de Representantes dos Compradores, a cada três meses, demonstrativo do estado da obra. Os compradores formarão uma comissão de mutuários, que poderá pedir prestação de contas e acompanhar a obra financeiramente.

O projeto, apresentado pelo então deputado Aírton Xeréz, contempla vantagens para as construtoras ou financiadoras das obras, já que acelera a retomada do imóvel em caso de inadimplência do mutuário. Na justificativa da matéria, Xeréz disse que o objetivo da proposta é fortalecer a construção civil e evitar situações como a da construtora Encol, cuja falência em 1999 lesou mais de 40 mil mutuários.

Apoiaram o parecer do relator os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Aloizio Mercadante (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC), Romeu Tuma (PFL-SP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Sérgio Guerra (PSDB-PE). Todos destacaram a importância da aprovação da matéria para a geração de empregos e para solucionar o déficit habitacional no Brasil, que hoje varia entre 7 e 10 milhões de unidades.

## Senadores elogiam votação da PEC paralela pelos deputados

A aprovação pela Câmara dos Deputados da proposta de emenda à Constituição (PEC) que ameniza os efeitos da reforma da Previdência para os funcionários públicos, a chamada PEC paralela, mostra que acordo é para ser cumprido. Foi o que afirmou ontem em Plenário o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), durante a ordem do dia.

A proposta foi acolhida ontem em primeiro turno, e na volta do recesso, em agosto, os deputados deverão apreciar os destaques apresentados à proposta. Só então será votada em segundo turno. Caso seja aprovada definitivamente na Câmara, a PEC volta a tramitar no Senado, já que os deputados modificaram o texto votado em dezembro pelos senadores. Uma das mudanças refere-se ao piso da remuneração dos governadores – caiu de 75% para 50%

do que ganha um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo o senador Paulo Paim, a decisão adotada pelos deputados é boa para a Câmara, para o Senado e para o governo. O parlamentar acrescentou que o mérito da aprovação da PEC é de todos os integrantes do Senado porque a proposta, aprovada na Câmara com 375 votos a favor e apenas 5 contra, é “uma engenharia construída por todos os senadores”.

A aprovação da PEC paralela foi comunicada em Plenário por Serys Slhessarenko (PT-MT), que registrou sua satisfação com o fato. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) também considerou a notícia positiva. Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou nunca ter duvidado da aprovação da PEC paralela, que, destacou, não atende às suas expectativas em relação à reforma da Previdência.

O Senado aprovou ontem substitutivo ao projeto de lei que prevê a concessão de incentivos para a construção civil. A matéria, que tramitava desde 1999 no Senado, havia sido aprovada pelos deputados em regime de urgência na quarta-feira. Como não sofreu modificações no Senado, a proposta segue agora para sanção presidencial. O projeto foi relatado pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN) e altera parte da Lei das Incorporações (Lei 4.591/64).

A principal novidade do projeto (PLC 47/04) é a instituição de um regime especial para as obras de construção civil, o chamado “patrimônio de afetação”. Com essa medida, o empreendimento passa a ter contabilidade separada das operações da construtora, não se confundindo com o restante dos bens desta. Em caso de quebra da empresa, os compradores podem contratar outra

para dar continuidade às obras. O patrimônio próprio da empresa, porém, continua passível de ser usado para quitar eventuais prejuízos aos mutuários.

O novo regime não é obrigatório, mas as empresas que o adotarem terão desconto no pagamento de tributos. O substitutivo prevê a unificação do pagamento do Imposto de Renda e das contribuições sociais numa alíquota única de 7%. Atualmente, os incorporadores imobiliários pagam em média 8,6% de impostos.

Com a sanção do projeto de lei, as construtoras ficarão obri-

## Principais mudanças

Confira como ficou o texto aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados:

1. O valor mínimo do salário dos governadores será de 50% do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Não há referência ao limite de remuneração dos prefeitos.
2. A remuneração dos desembargadores fica limitada a 90,25% do salário dos ministros do STF. Os estados e o Distrito Federal poderão usar esse valor como o teto para a remuneração dos servidores públicos dos seus três Poderes.
3. Para os servidores que ingressaram no serviço público até a promulgação da emenda 41/2003, será permitida a aposentadoria com proventos integrais se preenchidas as seguintes condições: contribuição por 35 anos, se homem, e por 30 anos, se mulher; 20 anos de efetivo exercício no serviço público; dez anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; para aqueles que começaram a trabalhar muito cedo, há

um mecanismo de transição pelo qual o servidor que ultrapassar os 30/35 anos de serviço poderá reduzir em um ano a idade mínima exigida (55/60 anos) para cada ano que ultrapassar os 30/35 anos de serviço. No entanto, há uma exigência adicional para esse benefício: os interessados terão de cumprir 25 anos de serviço público, sendo 15 na carreira e cinco no cargo.

4. A idade de aposentadoria compulsória dos professores de instituições de ensino superior passa a ser de 75 anos.
5. As donas-de-casa serão beneficiárias do futuro sistema especial de inclusão previdenciária, que garantirá acesso a um salário mínimo. Esse sistema terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime atual.
6. Foi revogado o dispositivo que limitava o reajuste para aposentados e pensionistas. Isso significa a volta da paridade entre ativos e inativos.

Fonte: Agência Câmara

## Hospitais que atendem crianças podem ser obrigados a instalar brinquedotecas

Em turno suplementar, o Senado aprovou a obrigatoriedade da criação de brinquedotecas – espaço provido de jogos e brinquedos infantis – nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico, em regime de internação, para possibilitar uma recuperação mais rápida e menos traumática das crianças. A proposta já havia sido aprovada na sessão plenária de 23 de junho, na forma de substitutivo do relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), o que exigiu a votação do projeto em turno suplementar, antes de ser enviado novamente à Câmara dos Deputados, por ter sido modificado no Senado. Segundo Mesquita Júnior, o projeto original, de autoria da deputada Luíza Erundina

(PLC 67/03), precisou ser modificado para impedir que algumas unidades de saúde com atendimento pediátrico em regime de internação se esquivassem da obrigação de instalar a brinquedoteca, alegando não serem hospitais de fato. O substitutivo aprovado estipula sanções para os estabelecimentos que não implantarem as brinquedotecas. Os infratores ficarão sujeitos às penalidades previstas na legislação sanitária federal. As unidades de saúde terão o prazo de 180 dias para cumprir a exigência, após a publicação da lei. Em seu substitutivo, o relator lembrou que a descoberta da brinquedoteca como forma auxiliar na recuperação das crianças internadas data da década de 50, na Suécia.



Roosevelt Pinheiro

**TERAPIA** Mesquita Júnior lembra importância de brinquedo na recuperação

A novidade chegou ao Brasil na década de 90, depois que especialistas constataram que as atividades da brinquedoteca eram tão importantes quanto os remédios e exames para a recuperação das crianças, garantiu Geraldo Mesquita Júnior.



**ELOGIO** Maguito destaca prioridade do governo à política social e de educação

## Maguito Vilela preocupado com o crescimento das favelas

Em discurso em Plenário ontem, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) externou sua preocupação com a magnitude que o problema das favelas vem tomando no Brasil. O senador elogiou iniciativas que o governo federal anunciou para diminuir o problema, como a criação de programas de controle de natalidade, "apesar da resistência de setores

mais conservadores". O senador defendeu também a necessidade de implantação de projetos eficientes de habitação para inibir o aumento das favelas.

– O governo do presidente Lula acerta ao dar prioridade a políticas sociais e de educação – disse o senador.

Maguito elogiou também as pro-

postas que o candidato de seu partido à prefeitura de Goiânia, Iris Rezende, vem apresentando durante a campanha.

– Iris apontou que não adianta apenas construir casas ou fazer doações indiscriminadas de lotes. As famílias precisam de estrutura adequada e de receber acompanhamento do setor público – afirmou,

lembrando que o crescimento das favelas em Goiânia é percebido a olho nu.

O senador destacou que o ambiente da favela prejudica a ascensão social, lembrando que pesquisas comprovam que os habitantes de favelas estudam quase a metade do tempo da média dos moradores das cidades.

## "Mantega age contra o país", acusa Osmar

"O ministro Guido Mantega é desinformado e assim o governo erra de maneira grave no Orçamento." A frase é do senador Osmar Dias (PDT-PR), que protestou contra a decisão do ministro de Planejamento de destacar R\$ 68 milhões do Orçamento para a área de vigilância sanitária. Ele disse que o valor é totalmente insuficiente e coloca em risco a confiabilidade dos importadores nos produtos brasileiros.

– O ministro Mantega está trabalhando contra os interesses nacionais – protestou Osmar Dias, afirmando ainda ter certeza de que a medida será tomada como argumento pelos importadores para barrar a compra dos produtos brasileiros.

Ele citou os recentes casos de suspensão de importação da soja nacional pelos chineses e também a interrupção nas compras de carne pela Rússia. Além dos prejuízos financeiros, atentou, o país ainda sofreu com o desgaste de sua imagem no exterior.



**IMAGEM** Para Osmar Dias, decisão pode agravar situação do comércio no exterior

## Tião Viana pede exame de competência para médicos

**Projeto do senador institui prova nacional periódica para avaliação dos profissionais**

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou ontem em Plenário projeto de lei que institui prova nacional periódica para avaliação dos médicos brasileiros, o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, como requisito para o exercício legal da profissão. A medida, explicou o senador, teria como finalidade dar mais uma salvaguarda à população, no que diz respeito



**SALVAGUARDA** Tião Viana: medida seria requisito para o exercício legal da profissão

a sua assistência médica, e ao próprio médico.

Segundo a proposta (PLS 217/04), seria realizada uma prova nacional em data única

para, anualmente, avaliar se o médico está apto à prática profissional. O exame, continuou, seria promovido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

– Tenho grande preocupação com isto. Se fosse aplicado um critério rígido, pelo menos a metade das escolas de Medicina em funcionamento seria fechada – afirmou.

### Prescrição

Para justificar sua proposta, Tião Viana, que é médico, apontou dados de pesquisa da Universidade de São Paulo demonstrando que mais de 70% dos médicos prescrevem remédios sem antes ler as normas farmacológicas.

## ACM critica Cláudio Fonteles e defende aborto de anencéfalo

Depois de registrar que é católico, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) condenou ontem declarações do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, que criticou a decisão do ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a permissão de abortos nos casos de crianças que estão sendo gestadas sem cérebro.

Em matéria publicada no jornal *O Globo* de ontem, Fonteles anunciou que dará parecer contrário à decisão do ministro de autorizar mulheres grávidas de fetos sem cérebro a aborta-

rem. O procurador-geral disse que o seu compromisso era com a vida humana.

### Tortura

Na mesma edição do jornal, o constitucionalista Luiz Roberto Barroso, citado por Antonio Carlos, afirma que obrigar a gestante a manter a gravidez até o parto, no caso de feto anencéfalo, é comparável a um ato de tortura.

– É não ter coração querer seguir a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) num fato como esse. Essa é uma coisa séria demais para o procurador tratar dessa ma-



**COMPROMISSO** Antonio Carlos ressalta que problema religioso não pode ficar acima do legal

neira. Ele poderia até manifestar-se nos autos, mas jamais poderia vir a público, na imprensa, para fazer um debate dessa ordem – afirmou.

Para o senador, o procurador-geral não pode colocar o problema religioso acima do legal.



**"O BRASILEIRO"** Maciel fala sobre as homenagens feitas ao príncipe no Recife

## Maciel destaca festa dos 400 anos de Nassau

O senador Marco Maciel (PFL-PE) destacou, em discurso no Plenário ontem, a passagem, no último dia 17, dos 400 anos de nascimento de Maurício de Nassau, europeu que administrou no século 17 a Companhia das Índias Ocidentais, com sede no Recife, capital de Pernambuco.

O príncipe João Maurício de Nassau, nascido na Alemanha e conhecido na Holanda como "O Brasileiro", administrou as possessões holandesas no Brasil. Marco Maciel ressaltou a importância da participação dos governos da Alemanha e Holanda nas homenagens.

O senador fez referência à realização de concertos de coro barroco, inauguração da Avenida Maurício de Nassau, no Recife, exposição de artes plásticas e lançamento de livro sobre o administrador europeu.

– Arte, cultura, relações internacionais, educação, urbanização foram temas que marcaram as celebrações no Recife, conhecida como Cidade Maurícia – disse Marco Maciel.

## Tourinho não quer transferência de jogadores durante torneios

Com a finalidade de assegurar que o processo de transferência de jogadores de futebol para outros clubes seja mais transparente, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou projeto de lei proibindo cessão ou transferência de atletas profissionais para times estrangeiros enquanto um campeonato estiver em andamento, desde que o jo-

gador esteja inscrito e o campeonato seja reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol.

Na justificativa do projeto, Tourinho observou que o craque brasileiro há muito tempo já se transformou em produto de exportação, mas não é admissível que, por causa disso, as equipes sejam desmanteladas em meio a uma

competição, como a seu ver tem acontecido.

Ele observou que o Brasil possui um calendário de campeonatos diametralmente oposto ao dos principais campeonatos internacionais e que a transferência de jogadores no início da temporada internacional de futebol resulta numa quebra de qualidade dos times no decorrer

dos campeonatos nacionais, uma vez que são os melhores jogadores que são contratados para times estrangeiros.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ressaltou que o projeto é moralizador, porque evita o enfraquecimento dos times brasileiros durante as competições nacionais.



**MERCADO** Tourinho: craque brasileiro já se transformou em produto de exportação

## Simon lembra composições de Chico Buarque contra a ditadura

Em homenagem a Chico Buarque de Hollanda, que completou 60 anos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o compositor é um dos maiores artistas brasileiros de todos os tempos e que projetou a imagem do Brasil no exterior como poucos. Para o senador, Chico "trilhou o caminho da resistência e do combate ao regime mi-

litar". Ele é "múltiplo", disse.

– Considerado o artista que mais atacou o regime militar com suas composições, ele jamais deixou cair a qualidade do seu trabalho. Nunca descambou para o panfleto.

Simon referiu-se aos problemas enfrentados por Chico Buarque com a censura e observou que os muitos atritos entre o compositor e o

governo militar acabaram por transformá-lo num símbolo de resistência à ditadura.

– É importante considerar ainda que, além das músicas com claro objetivo de contestação política, Chico Buarque tem uma grande produção voltada para as questões sociais mais graves do país, que são hoje as mesmas dos anos 70. Com

uma diferença: alguns desses problemas são hoje ainda mais profundos – acrescentou o senador, citando as músicas *Construção*, *Pivete* e *Meu Guri*.

Como compositor, registrou Pedro Simon, Chico Buarque é unanimidade nacional, com sucesso de público e crítica. O senador desejou felicidades ao artista.



**ANIVERSÁRIO** O compositor, que completou 60 anos, foi homenageado por Simon



**COMPORTAMENTO** Alvaro vê uma relação promíscua do Congresso com o Planalto

## Alvaro critica comportamento parlamentar

Quebra de acordos, demora em legislar sobre assuntos importantes, passividade diante da edição excessiva de medidas provisórias (MPs), não instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para investigar a corrupção no governo e convivência com a liberação de recursos de emendas parlamentares ao Orçamento da União de acordo com critérios políticos. Para Alvaro Dias (PSDB-PR), esses são fatos que ajudaram a desgastar a imagem do Congresso este ano.

As denúncias mais graves, ressaltou, dizem respeito à liberação de recursos orçamentários para favorecer aliados políticos, na qual o senador vê uma relação promíscua do Congresso Nacional com o Palácio do Planalto.

Na sua opinião, os parlamentares não podem aceitar a discriminação na liberação de emendas parlamentares. Como solução, Alvaro Dias sugeriu que os congressistas extinguam as emendas parlamentares.

## Sugestões do Congresso não são aproveitadas, diz Lobão

■ Para o senador, o governo precisa conhecer melhor as idéias formuladas pelos parlamentares

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o governo deveria manter assessores dentro do Congresso para recolher as boas idéias que surgem nas duas Casas. Segundo ele, muitas das soluções apresentadas no Legislativo não merecem a atenção do governo apenas porque não foram formuladas pelo próprio Executivo.

Lobão lamentou que os pro-

jetos de autoria de parlamentares levem às vezes anos para serem aprovados, por força da tramitação legislativa vagarosa e do excesso de medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta e atrasam os trabalhos.

Ele também protestou contra a alta carga tributária. Para o senador, "o povo não agüenta mais pagar tanto imposto", sem receber a contrapartida em serviços públicos de qualidade.

Segundo Lobão, uma das consequências da alta carga tributária, que chega perto de 40% do produto interno bruto (PIB), é o aumento da informalidade. Citando dados do Instituto Brasileiro de Ética Empresarial, o se-



**CRÍTICA** Edison Lobão também protestou contra a alta carga tributária do país

nador disse que 94% dos empregos no varejo dos alimentos são informais, na construção civil atingem os 70% e na agricultura chegou a 90%.

## Ramez Tebet cobra respeito às votações ocorridas no Senado

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) protestou contra críticas de deputados do PT, reproduzidas no jornal *O Globo*, às modificações realizadas pelo Senado em projetos já aprovados na Câmara. Tebet afirmou que o país tem um sistema bicameralista consolidado e que as funções inerentes ao Senado e à Câmara têm de ser respeitadas. Para ele, "merecem repulsa" discursos que, "afirmando concertar a democracia", propõem a extinção do Senado.

– Querem que as matérias votadas pela Câmara sejam



**DESCONSIDERAÇÃO** Tebet rechaçou críticas de deputados a senadores por mudar projetos

simplesmente homologadas pelo Senado, como se aqui fosse um cartório de bater carim-

bos para ratificar decisões da outra Casa. Ter que fazer esse discurso a essa altura, quando está consolidado o bicameralismo, chega a ser inacreditável – ressaltou. Segundo Tebet, "não há dono da verdade e as duas Casas existem para aprimoramento dos projetos e para atuar com o objetivo de melhorar as proposições".

O senador considera que declarações como essas têm sido feitas desde que o Senado modificou a proposta de reforma tributária. A matéria teve de voltar à Câmara. Os deputados, disse, alegam "erroneamente" que têm sido obrigados a arcar com os ônus de votar matérias antipáticas que estão sendo alteradas no Senado.

## Mão Santa lamenta decisão sobre vereadores

O senador Mão Santa (PMDB-PI) lamentou a mudança nas regras eleitorais às vésperas das eleições. Para ele, a redução do número de vereadores, definida por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e aprovada pelo Senado, não deveria valer para o pleito deste ano.

Mão Santa defendeu a realização de uma reforma política e partidária, mas disse ser necessário que ela nasça dentro do Congresso. Ele fez apelo aos parlamentares para que assumam o compromisso de reestudar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da composição dos legislativos municipais, respeitando sobretudo os vereadores.

– Temos que entender que não tem nada de Poder Judiciário, de Poder Executivo e de Poder Legislativo. Nós somos instrumentos da democracia. O poder é o povo. E todo ano mudam-se as regras do jogo. As eleições são iguais nos Estados Unidos desde a época de Abraham Lincoln – lembrou.



**ALTERAÇÃO** Para Mão Santa, mudança não poderia ocorrer às vésperas das eleições



**CONCERTO** Delcídio pediu o cumprimento de acordos para garantir investimentos

## Delcídio defende regras claras e estáveis para o setor elétrico

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que o Senado, por meio das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), deve discutir a regulamentação do novo modelo para o setor elétrico. Conforme disse, as empresas precisam ter regras claras, transparentes e, acima de tudo, es-

táveis, para se convencer de que vale a pena investir no Brasil.

Delcídio pediu ao governo o cumprimento dos acordos firmados com a aprovação, em março, da nova lei do setor elétrico, estabelecida nas agências reguladoras e tranquilidade para que os investidores confiem num setor tão importante.

E afirmou que parcerias com a iniciativa privada são "absolutamente importantes" para garantir o suprimento de energia. Para isso, ressaltou, é necessário o estabelecimento de regras estáveis.

– Só assim as empresas se apresentam para, junto conosco, garantir o desenvolvimento do país.

O senador condenou a sobrecarga do setor elétrico com a legislação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que, avaliou, prejudica as empresas e o consumidor final. A nova legislação, que será ainda examinada pelo Senado, aumentará as tarifas entre 3% e 4%, alertou.

# Polêmica marca votação de relatório da CPI

■ Arthur Virgílio pede a retirada de vice-governador da lista da CPI da Exploração Sexual

A comoção marcou a sessão em que foi aprovado o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual. De um lado, a relatora, deputada Maria do Rosário (PT-RS), defendia o acolhimento integral do documento, que recomenda o indiciamento de cerca de 250 suspeitos de envolvimento com a exploração sexual de crianças e adolescentes. Do outro, o senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) solicitava a retirada do nome do vice-governador do Amazonas, Omar Aziz, da relação de possíveis indiciados.

A polêmica em torno do assunto foi suscitada com a apresentação de requerimento de destaque para votação em se-



**CONVICÇÕES** Virgílio (à direita) defende indiciado no relatório; Maria do Rosário (no destaque) contesta posição do senador

parado por Arthur Virgílio. Na justificativa, o senador tucano argumentava que o nome de Omar Aziz foi incluído no relatório final da CPI da Exploração Sexual "com base em indícios minimamente confiáveis".

– Esse trabalho é meritório, mas não precisa dilacerar uma vida política e familiar para chegar a um resultado – enfatizou. Ao destacar ser adversá-

rio político de Aziz, o parlamentar disse que não assumiria sua defesa se "não tivesse a convicção de estar com a verdade". Segundo Arthur Virgílio, os depoimentos prestados contra o vice-governador são contraditórios, observando ainda que, na data do crime a ele atribuído, Aziz estava em um hospital com sua filha.

Maria do Rosário declarou



sua convicção em torno das denúncias contra Omar Aziz e a decisão de recomendar seu indiciamento.

– Minha convicção vem das

palavras da menina (a vítima), que olhou nos meus olhos e disse que afirmava na cara dele que era ele (o autor da exploração sexual) – comentou.

Ainda de acordo com Maria do Rosário, a mãe da adolescente endossou a acusação contra o vice-governador Omar Aziz, que também teria pressionado e destrutado a titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Graça Silva, durante depoimento prestado à comissão.

Por falta de quórum, a votação do destaque do senador Arthur Virgílio foi adiada para a próxima terça-feira (13), a partir das 10h.

Deve ser examinado ainda outro destaque, oferecido pela deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), que propõe o encaminhamento do relatório ao Ministério Público e às autoridades competentes, e não a simples sugestão de indiciamento dos suspeitos, como consta do texto aprovado.

## Fátima Cleide pede prioridade para processo de crime sexual

Enquanto não for ampliado o número de Varas Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente, o Poder Judiciário deveria destinar "absoluta prioridade" à tramitação dos processos envolvendo crimes de pedofilia, tráfico para exploração sexual, prostituição infantil-juvenil e abuso sexual. A sugestão foi feita ontem pela senadora Fátima Cleide (PT-RO) durante reunião destinada à votação do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual.

A prioridade deveria ser expressa, a seu ver, no capítulo sobre recomendações ao Poder



**INICIATIVA** Fátima Cleide sugere um selo para identificar casos que exigem maior rapidez

Judiciário do relatório final da CPI. A senadora propôs que os processos em tramitação a res-

peito de casos como os investigados pela Comissão de Inquérito ganhem uma tarja ou um selo de identificação "para indicar que merecem celeridade". Sua sugestão foi acatada de pronto pela relatora, deputada Maria do Rosário.

– Acredito que as pessoas envolvidas no Judiciário com o manuseio desses processos irão adquirir com isso maior consciência sobre esse gigante e traumático problema que afeta crianças e adolescentes de todo o país, que é a exploração sexual para fins comerciais – disse Fátima.

Por sua vez, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu à

relatora da CPI a inclusão de uma recomendação de que o programa de Renda Básica de Cidadania, cujo projeto já foi sancionado pelo presidente Lula (Lei 10.835/04), seja implementado com agilidade pelo governo.

Esse programa, advertiu, evitará que meninas sejam encaminhadas pelos próprios pais para a prostituição infantil.

– Sua proposta é emancipatória e permite que a renda básica atue na recomposição de valores familiares, pois o que vimos são casas sustentadas pela exploração sexual e pelo trabalho infantil – afirmou Maria do Rosário.

## Sarney recebe embaixador russo

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem em seu gabinete a visita de cortesia do embaixador da Rússia no Brasil, Vassily Petrovitch Gromov (na foto, à esquerda).

**Maurício Corrêa**

Sarney também recebeu ontem a visita de cortesia do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro aposentado Maurício Corrêa.



A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti e Marcos Guerra

## Idoso ganha transporte interestadual

Em discurso ontem no Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou que o governo federal publicou decreto que regulamenta o uso do transporte interestadual por idosos. Agora fica assegurado efetivamente ao idoso com mais de 60 anos o direito ao transporte gratuito entre um estado e outro. "Isso é muito importante", disse o senador.

O decreto presidencial, publicado ontem no *Diário Oficial da União*, assegura duas vagas gratuitas por transporte interestadual e intermunicipal, ou 50% de desconto, no caso de se esgotarem as vagas, em passagens de transportes terrestres, ferroviários e aquaviários a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos com renda de até dois salários mínimos.